



**Proposição:** PLEI - Projeto de Lei  
**Número:** 000358/2025  
**Processo:** 10994-00 2025  
**Autoria:** Dr. Marcelo Condé  
**Ementa:** Dispõe sobre a inclusão de ações preventivas de saúde bucal no acompanhamento pré-natal das gestantes atendidas pela rede pública municipal de saúde de Juiz de Fora.

### **Parecer Roberta Lopes Alves - Comissão de Educação e Cultura**

Trata-se de projeto de lei ordinária de número 358 de 2025, de autoria do vereador Marcelo Vitor Mendes Condé, que dispõe sobre a inclusão de ações preventivas de saúde bucal no acompanhamento pré-natal das gestantes atendidas pela rede pública municipal de saúde de Juiz de Fora.

A proposição tramitou no Poder Legislativo, sendo considerada legal e constitucional pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação em consulta a Diretoria Jurídica que foi repetida pelos demais edis que compõem a comissão.

Essa é a síntese do necessário. Passo a opinar.

### **DAS FUNÇÕES DO PODER LEGISLATIVO E DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:**

Nos termos do art.30 e 31 da Carta Política de 1988, cabe ao Poder Legislativo Municipal o exercício da função legiferante, bem como o controle externo do Poder Executivo, sendo salutar que assim proceda, pois tal função é expressão máxima do sistema de freios e contrapesos, garantindo, com independência, a proteção das liberdades individuais e coletivas.

Dentro desse contexto, o Regimento Interno da Câmara Municipal estabelece que:

**Art. 62.** *Comissões são órgãos técnicos, constituídos pelos membros da Câmara Municipal, em caráter permanente ou temporário e destinados a proceder estudos, realizar investigações e representar a Câmara Municipal.*

...

**Art. 71.** *Compete às Comissões Permanentes, além das atribuições definidas no art. 62:*

...

**II** - *discutir e dar parecer conclusivo pela maioria dos seus membros, às proposições a elas submetidas;*

**III** - *estudar proposições e outras matérias submetidas ao seu exame, dando-lhes parecer e oferecendo-lhes substitutivos ou emendas, quando julgar oportuno;*

**IV** - *promover estudos, pesquisas e investigações sobre questões de interesse público relativos à sua competência;*

...

**Art. 72.** *É competência específica:*



...

**III - da Comissão de Educação e Cultura:**

**a) opinar sobre proposições relativas a:**

**1 - educação, ensino, convênios escolares, artes, patrimônio histórico, cultura e comunicação;**

**2 - atribuição e alteração de denominação de logradouro público;**

**3 - ciência e tecnologia.**

**b) participar das conferências municipais de educação.**

De plano, da análise do projeto de lei, dentro das competências específicas desta comissão, não vislumbramos elementos hábeis a macular a sua legalidade.

Prosseguindo com a análise, no tocante ao mérito relacionado à temática específica desta Comissão de Educação e Cultura, vemos que o projeto de lei em comento chegou a essa comissão em interpretação ampla e alargada das disposições do artigo 72, inciso III, alínea a), item 3, do Regimento Interno, uma vez que o texto da norma inclui orientações e palestras educativas sobre saúde bucal durante a gestação.

A justificativa apresentada pelo nobre edil gira em torno da necessidade de intervenção do poder público para promover maior acessibilidade às mulheres gestantes já que este é um momento em que seu corpo encontra-se mais suscetível a inflamações orais, como gengivite gravídica, diante do aumento da vascularização gengival, podendo evoluir para um quadro de periodontite. Em que pese consideremos que, se aprovada, a norma imporá a necessidade de contratação de profissionais especializados pelo poder público, o que demandaria a apresentação de demonstração de impacto orçamentário, esse tema foge ao escopo da análise desta comissão, motivo pelo qual não o comentaremos. Também não comentaremos sobre se há necessidade da implementação do presente projeto de lei, já que essa análise recai sobre as obrigações da Comissão de Saúde.

Naquilo que concerne a esta comissão, acho positivo o artigo que prevê que o Poder Executivo poderá firmar parcerias com instituições de ensino para a execução das ações previstas nesta lei e considero que as ações específicas de orientação e palestras educativas sobre saúde bucal na gestação já deveriam ser iniciativas próprias das instituições de ensino junto à rede hospitalar.

Portanto, pelos motivos expostos acima, dentro daquilo que é de competência exclusiva desta comissão, não vislumbro qualquer obstáculo à tramitação do projeto de lei em comento, motivo pelo qual libero os autos para tramitar, com posterior deliberação em plenária, momento no qual manifestarei meu voto.

Palácio Barbosa Lima, 3 de novembro de 2025.

Roberta Lopes Alves  
Vereadora Roberta Lopes - PL

